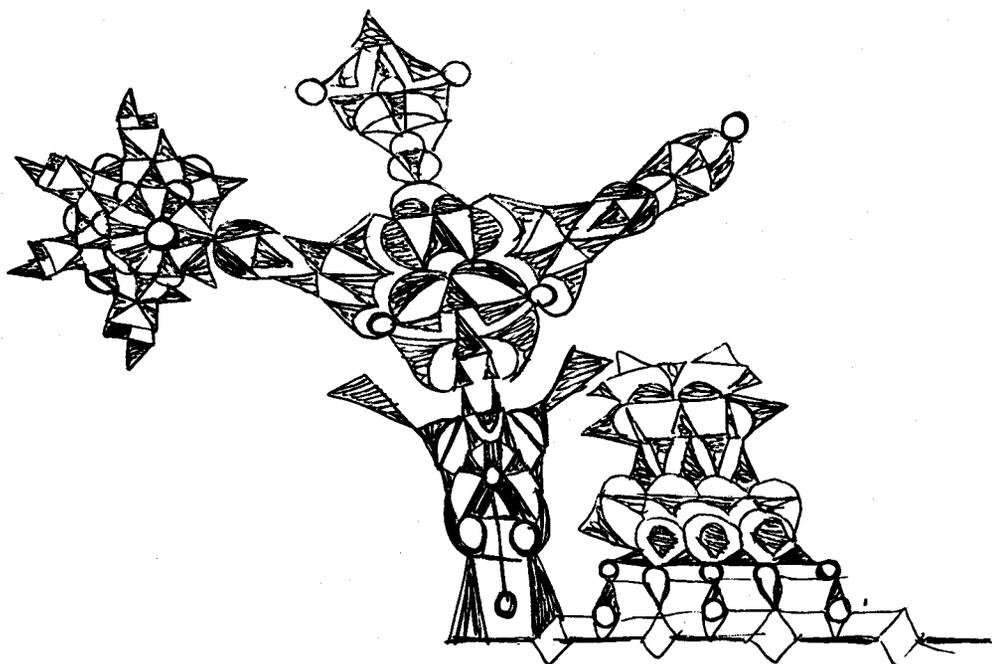


ALFABETIZAÇÃO EM REVISTA: UMA LEITURA

Yara Lúcia Esposito



Este texto, como os demais que integram este número especial dos *Cadernos de Pesquisa*, surge de uma proposta encaminhada pela editoria da revista, solicitando, a diferentes pesquisadores, uma análise crítica dos estudos e ensaios publicados nos *CP* sobre um determinado tema. Coube-me o da alfabetização.

PRESSUPOSTOS, JUSTIFICATIVAS E LIMITAÇÕES

Os parâmetros e diretrizes necessários à realização de uma tarefa desta natureza estavam (e estão) presentes, em alto estágio de elaboração, em dois trabalhos conduzidos por Magda Soares. O primeiro, no formato de artigo, foi publicado no *CP52* — um número especial sobre Alfabetização, de 1985 — e tem sido, possivelmente, uma das referências mais citadas nos estudos que vêm se realizando sobre o tema. O segundo, mais recente, mas não menos clássico, é o conhecido "Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento" (Soares, 1989), que inclui, no conjunto de obras examinadas, todos os textos de autores brasileiros publicados nos *CP*, a partir do recorte estabelecido pela equipe dessa pesquisa, qual seja, tra-

balhos que assumem, como foco, a temática da "aquisição da língua escrita, pela criança, no processo de escolarização regular" (p.16).

Sendo assim, tomo como ponto de partida necessário essas duas referências, assumo o mesmo recorte utilizado e refaço, no decorrer do texto, o mesmo percurso já sinalizado. Dessa trajetória, desvio-me em alguns momentos por duas razões básicas, que passo a explicitar. No *CP75*, um segundo número especial sobre o tema, publicado em 1990, a editoria da revista apresenta um levantamento bibliográfico relacionando os artigos referentes à alfabetização, publicados nos números anteriores, adotando como descritores os seguintes termos: alfabetização; alfabetização de adultos; alfabetizadoras/professores da 1ª série do 1º grau; analfabetismo; pedagogia da alfabetização; 1ª série do 1º grau; processo de aquisição da leitura-escrita. Com esse critério, que é mais amplo, o número de textos a serem focalizados é significativamente superior ao número de artigos dos *CP* analisados no estado da arte, inclusive porque abrange a produção de autores estrangeiros. Além disso, afasto-me por vezes das diretrizes escolhidas, porque assumo, na elaboração do artigo, a posição de um leitor que, ao se deparar com um conjunto de textos mais

ou menos conhecidos, busca atribuir ou extrair deles novos significados, ou expressar, a partir deles, suas concordâncias, dúvidas ou interrogações.

UMA VISÃO GLOBAL

Uma primeira aproximação ao conjunto de estudos publicados nos CP, nos últimos 20 anos, indica que tanto numa abordagem quantitativa (total de títulos sobre o tema), como num recorte qualitativo, duas conclusões se impõem: nos anos 70, onde o número de artigos é sensivelmente menor do que o registrado na década subsequente, os estudos e pesquisas relatados voltam-se, predominantemente, para as "facetas psicológicas e pedagógicas" do processo de alfabetização. Na década de 80, sobretudo a partir de 1985, os textos se diversificam e a área da aprendizagem da leitura e escrita ganha os aportes e contribuições de investigações conduzidas no interior de diferentes áreas do conhecimento, entre elas as da Psicologia Cognitiva, Lingüística, Sociolingüística e Sociologia. Dessa forma, é possível afirmar que os diferentes estudos reunidos nos *Cadernos* espelham e contribuem para forjar essas tendências gerais, já apontadas por Soares (1989) na introdução de seu estado da arte.

Identificado o panorama geral, cabe dar corpo a estas tendências, trazendo à cena os textos que as caracterizam e constituem.

A interação entre Psicologia e Pedagogia nos anos 70

Iniciando a série de investigação sobre a leitura e a escrita, o tema é focalizado pela primeira vez, no corpo da revista, num artigo de Ana Maria Poppovic (CP2, 1971) com um título que se tornará emblemático: "Alfabetização, um problema interdisciplinar".

Destaco, numa releitura deste texto, alguns pontos que hoje, como no passado, permanecem nucleares: a necessidade da interdisciplinaridade, entendida como integração de trabalhos científicos conjuntos e coordenação entre teoria e prática; a urgência de a educação caminhar no sentido de superar o estágio de improvisação e de os educadores se libertarem da tendência acrítica de adesão aos modismos; o apelo aos acadêmicos e aos organismos governamentais, objetivando obter, dos primeiros, maior atenção para com os problemas da educação básica e, dos segundos, a definição de políticas consistentes com relação à pesquisa na área educacional; a necessidade de se postular que a alfabetização se prolongue por um período maior, sinalizando a urgência de a escola deixar de exigir domínio quase completo da leitura e da escrita antes do final do primeiro ano escolar; e, por último, a importância da escolaridade pré-primária, "que não deveria ser esquecida como meta prioritária".

Do ponto de vista substantivo, o foco do artigo centrava-se nas relações entre o processo de alfabetização das crianças, sua maturidade e inteligência,

inserindo-se, dessa forma, numa vertente de investigações que buscavam determinar o peso relativo de diferentes processos psicológicos considerados como pré-requisitos à aprendizagem da leitura e da escrita. São ressaltados de forma predominante, embora não exclusiva, o peso dos aspectos psiconeurológicos, ou das chamadas funções específicas, traduzidas por um conjunto de habilidades: a percepção do esquema corporal, a estruturação espacial e temporal, a discriminação visual e auditiva, a psicomotricidade e as operações de análise e síntese.

Essa concepção do processo de alfabetização apresentada no artigo sintetiza, de forma exemplar, uma longa tradição de trabalhos de investigação psicológica na área da leitura que, desde meados da década de 20, já apontava outros fatores, além da inteligência, como determinantes do progresso dos alunos. Postulava-se, pois, que não seria "possível pretender fundamentar a boa aprendizagem da leitura e da escrita, em todos os graus de ensino, tão somente no nível mental" (Gray, 1925, *apud* Lourenço Filho, 1969). Em decorrência, passam a ser desenvolvidos, no âmbito da Psicologia, uma série de estudos que tinham como objetivo identificar os fatores facilitadores ou funcionalmente associados à aprendizagem da leitura, ou, no dizer de Braslavsky (1981), os chamados "fatores emergentes": coordenação visual-motora, atenção dirigida, discriminação visual etc.

Implícita ou subjacente a estes trabalhos existe a concepção de que a aprendizagem da leitura identifica-se com o domínio de um conjunto de habilidades hierarquicamente ordenadas. Segundo Dubois (1984), o esquema clássico, por volta dos anos 40, propunha o reconhecimento das palavras como o primeiro nível de leitura, seguido da compreensão como segundo nível, da reação ou resposta emocional em terceiro lugar, e da assimilação ou avaliação como último nível. Em decorrência, o enfoque pedagógico que acompanha e interage *pari passu* com as postulações teóricas dominantes passa a preconizar o desenvolvimento de propostas de programação escolar que também se estruturam por fases. Surgem, então, programas e, sobretudo, materiais didáticos voltados para as seguintes etapas: preparação ou pré-alfabetização, onde predominam os exercícios destinados ao desenvolvimento dos pré-requisitos perceptivos e motores considerados básicos; iniciação ou introdução à alfabetização, cuja ênfase está nos mecanismos postos em jogo no reconhecimento das palavras e, por último, exercitação, aplicação e desenvolvimento da leitura em níveis progressivos de compreensão.

Na esfera de uma já poderosa psicomетria, desenvolvem-se os testes de prontidão ou maturidade para predizer os êxitos na alfabetização, testes de desempenho para medir a realização e testes de diagnóstico para determinar dificuldades destinadas a programas de recuperação. Avaliação, diagnóstico e ensino relacionam-se intimamente, o que permite que materiais e métodos possam ser desenvolvidos para estimular ou promover o comportamento desejado, iniciando-se o ensino pelo nível de desenvolvimento diagnosticado.

É fácil entender o apelo e o sucesso deste modelo "quase perfeito" de interação entre a pesquisa psicológica e a prática pedagógica numa área tão complexa e, para a escola, tão estratégica como a da alfabetização. Compreende-se, pois, que ele se sustente por várias décadas, reunindo muitos adeptos e poucos dissidentes.

As dissidências, no entanto, marcarão sua presença, embora não se dirijam, até o início dos anos 80, a aspectos substantivos dos modelos implícitos no processo de aquisição da leitura e da escrita. Na ausência de esquemas teóricos alternativos, a crítica se dirigirá, predominantemente, à Psicologia que assume, no decorrer dos anos 70, grande visibilidade ao abandonar os consultórios, transportar-se para a educação, na forma de Psicologia Escolar, ocupando, a partir de então, o posto de referencial dominante para a difusão das propostas de educação compensatória e expansão da educação pré-escolar, ambas encaradas como solução para a reversão do maciço fracasso escolar.

A partir da segunda metade dos anos 70, os debates que passam a tangenciar a problemática do fracasso escolar — aí incluída a parceria entre Psicologia e Pedagogia no delineamento de propostas de ensino — são impulsionados por dois condicionantes que caracterizam de forma marcante esse período. De um lado é, sem dúvida, nessa década que a escola, por sua expansão quantitativa, assume grande visibilidade social e assiste seu ideal proclamado de agência equalizadora de oportunidades sociais ser dramaticamente negado: por trás dos imutáveis indicadores de evasão e repetência — tradicionalmente expressos, nas estatísticas oficiais, por índices de dois dígitos — havia, agora, um contingente assustadoramente maior de alunos.

Por outro lado, a década de 70 é um período que se caracteriza por profundas mudanças no panorama das investigações na área da Educação. Os debates em torno do papel da escola, da formação/atuação do educador, ocupam lugar central nas discussões porque esses temas ensejavam, naquele momento, análises de cunho mais abrangente sobre as relações entre educação e sociedade e o papel político do educador. Pode-se afirmar, também, que se trata de um momento particularmente profícuo em termos de embates de idéias e de diversidade de alternativas sobre os objetivos da educação e sobre o perfil das escolas desejadas. Compreende-se, pois, neste contexto histórico, que o volume de trabalhos denunciando ou desvelando a realidade aguda do fracasso da escola se torne, sobretudo a partir do início dos anos 80, consideravelmente maior do que o daqueles que, incorporando as críticas, se dispõem ao esforço paralelo de propor ou experimentar alternativas de intervenção no ponto mais crítico de todo o sistema escolar: as primeiras séries do 1º grau.

Vertentes destas duas posições estão representadas em artigos publicados pelos *Cadernos de Pesquisa*. Destaca-se, na linha dos artigos críticos, publicados pela revista na década de 70, o texto pioneiro de Aparecida Joly Gouveia (CP16, 1976), que antecipava, com grande lucidez, as controvérsias que

se travariam em torno da escola, sinalizando novos caminhos para a investigação na área educacional, e para a análise e busca de soluções visando a melhoria de nossos sistemas escolares.

Reúnem-se, na vertente das propostas de intervenção no sistema escolar, um conjunto diversificado de artigos, sendo que dois deles foram publicados nos anos 80, embora descrevam ou analisem ações desenvolvidas em períodos anteriores. Incluem-se, num primeiro subgrupo, os trabalhos de Poppovic (CP21, 1977; CP43, 1982), descrevendo e fundamentando a proposta do Programa Alfa e o artigo de Leite (CP52, 1985), analisando a experiência vivenciada na implantação de um projeto de alfabetização, envolvendo a participação de professores da universidade e da rede estadual de ensino.

Fazem parte de uma outra linha os textos de Gatti et al. (CP13, 1975), Santos (CP39, 1981) e Medina (CP65, 1988) que focalizam, documentam e analisam as dificuldades e limites de execução de políticas ou estratégias desencadeadas, na década de 70, por diferentes secretarias de educação tendo, como alvo privilegiado, alunos e professores das primeiras séries do ensino básico.

Encerrando este tópico, parece oportuno destacar, deste último conjunto de textos, algumas conclusões, registrando que, se o estilo de linguagem pode ter se alterado, o paralelismo com as dificuldades de hoje permanece muito presente.

Analisando a ineficácia dos cursos voltados aos professores das classes de alfabetização, Gatti et al. (CP13, 1975, p.31) ressaltam: "O baixo desempenho não parece ser devido ao fato de que o treinamento não correspondeu às expectativas dos participantes (...). O professor apresenta um conjunto de atitudes e expectativas que nem sempre são as mais adequadas para acelerar um real processo de mudança (...). É preciso prever como intervir nessas atitudes. Não parece eficaz abordar rapidamente uma teoria de desenvolvimento intelectual que servirá de base a novas técnicas de ensino, sem que antes o professor entenda que a dicotomia entre 'teoria' e 'prática' é um falso dilema. Por outro lado, talvez não seja também a melhor política limitar-se a apresentar de forma mais sistemática, ou numa versão mais 'moderna', atividades e procedimentos de ensino que o professor já utiliza e, no seu julgamento, utiliza bem".

Iniciando a década de 80: um período de transição

Em agosto de 1981, o número 38 dos *Cadernos de Pesquisa* dá início à segunda década de publicações da revista, editando um trabalho de Bernardete Gatti, Maria Helena Patto, Marisa L. da Costa, Melany Kopit e Romeu de Almeida que sintetizava dados de uma pesquisa, realizada para a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com o objetivo de levantar as causas da reprovação na 1ª série do 1º grau.

Dentre os inúmeros aspectos que poderiam ser ressaltados nesse estudo, destacam-se dois, que são postos em relevo na própria apresentação do artigo:

a busca de novos paradigmas de investigação, procurando superar uma visão menos empirista de pesquisa, e a adoção de um quadro teórico mais abrangente no estudo e interpretação do fracasso escolar.

Com estas diretrizes, a pesquisa se insere numa linha de investigação que adotava, como metodologia, o estudo de caso e, como proposta interpretativa para o fenômeno em questão, a reversão do tradicional ponto de partida: as explicações para as dificuldades de aprendizagem (subentenda-se da leitura e da escrita) deveriam ser buscadas "não mais na identificação de fatores de natureza física e psicológica localizadas no aprendiz, mas na trama de inter-relações de condições familiares, de características profissionais do professor, de aspectos estruturais e dinâmicos da escola e, por sua vez, em todos esses aspectos inseridos num contexto social mais amplo que os engloba e determina" (CP38, p.4).

Descrito e sintetizado um elenco extremamente variado de resultados, são privilegiadas, na conclusão do trabalho, interpretações que, "ao desmistificar causas simplistas e correntes da reprovação escolar", põem em relevo:

- a incapacidade da escola em reconhecer as experiências e habilidades que os alunos trazem;
- a inadequação do emprego de testes de prontidão, inteligência e fonoaudiologia, bem como dos programas e materiais didáticos, por seu viés cultural;
- a falácia dos programas e práticas de remediação educacional — entre eles o período preparatório, na 1ª série do 1º grau — que tentam transformar a criança de classe baixa na criança prevista na programação didático-pedagógica da escola (CP38, p.10-1).

Centrado na identificação dos mecanismos da seletividade social da escola e, talvez, mais ainda, na desmistificação de uma linha de investigação eminentemente clínica e psicológica, o estudo deixava antever que as soluções possíveis, para a reversão do quadro diagnosticado, implicavam a transformação radical de procedimentos e práticas pedagógicas, aí incluída a erradicação de preconceitos na forma de perceber e trabalhar com as crianças das camadas populares.

Dando continuidade a esta linha de trabalho, entre 1981 e 1984 boa parte das pesquisas publicadas nos CP enquadra-se numa categoria ampla que pode ser denominada de "condicionantes do rendimento", indicando a existência de uma preocupação muito grande em ampliar, validar ou infirmar concepções que vinham sendo associadas ao perfil de desempenho dos alunos, obtido no final da 1ª série escolar.

Assim, o estudo de Victora et al. (CP41, 1982) investiga — a partir de uma amostra reunindo 500 crianças — as relações entre fatores sócio-econômicos, estado nutricional e rendimento escolar, constatando fraca associação entre o perfil nutricional e o desempenho escolar das crianças, tal como avaliado pelas professoras. Os autores enfatizam ainda, na conclusão do trabalho, que "entre as variáveis estudadas, foram as sócio-econômicas as que mais influíram nos resultados, ainda que o conjunto de variáveis selecionadas conseguisse explicar apenas 24% da va-

riância dos resultados". Questionam, por último, a adequação do teste ABC "como instrumento para discriminar as crianças aptas para o curso regular ou classe especial", prática adotada, na época, pelas escolas da rede municipal de Pelotas, onde o estudo foi realizado.

Buscando determinar o impacto de um programa visando a melhoria das condições de ensino no meio rural, Davis e Dietzsch (CP46, 1983) e Barretto (CP46, 1983) publicam dois trabalhos, integrantes de uma mesma pesquisa que tinha como objetivo avaliar os resultados de um programa extremamente abrangente, voltado à expansão e melhoria das escolas da região Nordeste — o EDURURAL. Para tanto, o primeiro estudo toma a avaliação do rendimento dos alunos como uma das dimensões da qualidade do ensino oferecido pela escola rural. Contudo, ao lado dessa sistemática, as autoras procuram apreender, através de estudos de caso, a forma de atuação desta escola em seu contexto concreto, dentro dos limites das relações sócio-econômico-culturais locais.

A análise do desempenho dos alunos, empreendida pelas autoras, chama a atenção para as dificuldades exemplares enfrentadas pelas crianças, buscando suplantá-las rituais anacrônicos, que constituem a principal característica do processo de ensino a que estão submetidas. Focalizando mais de perto a anomia dos procedimentos didáticos utilizados no processo de alfabetização — expressão reeditada da própria história educacional das professoras — destacam que, "apesar da importância dos aspectos metodológicos, o que está em jogo é o conhecimento que as professoras têm sobre os conteúdos que, supostamente, devem transmitir".

Abordando um dos aspectos da educação no meio rural, o ensaio de Oliveira (CP44, 1983) discute as dificuldades e limitações de um programa, desencadeado pelo Ministério da Educação, que procurava incentivar a produção de materiais didáticos voltados, especificamente, para as escolas das zonas rurais do Nordeste. O autor discute e analisa essa iniciativa no contexto mais amplo das políticas de produção e distribuição dos livros didáticos, aí incluídas as cartilhas de alfabetização.

Por último, dois outros artigos devem ser destacados, dentro da corrente de investigações sobre os condicionantes do rendimento escolar, ainda que, por suas características e forma de abordagem, eles se diferenciem dos demais já apresentados.

O primeiro deles, realizado por Carraher e Rego (CP39, 1981) investiga um dos possíveis determinantes do grau de sucesso na aprendizagem da leitura, propondo que "a capacidade de compreender a relação entre a palavra escrita e a palavra falada, a partir da consciência da palavra enquanto seqüência sonora" seria uma etapa necessária ao desenvolvimento do processo de aquisição da leitura, num sistema de escrita alfabético. Discutindo os resultados, assumem, como hipótese interpretativa, a superação de um determinado estágio do realismo lógico e a conquista da consciência metalingüística como uma das condições necessárias ao sucesso no processo de alfabetização.

Numa vertente próxima, Maria Cecília Góes (CP49, 1984) desenvolve um trabalho tendo como objetivo ampliar os critérios empregados, de modo sistemático ou não, na avaliação das condições das crianças nas fases preliminares e iniciais da alfabetização.

Com este propósito, e buscando derivar orientações e sugestões para o emprego desse tipo de avaliação por professores, fundamenta e desenvolve um conjunto de critérios, a partir de abordagens evolutivas do domínio, pelas crianças, do sistema de linguagem escrita. Estes critérios englobam, entre outros, os seguintes aspectos: a apreensão do caráter simbólico da escrita e das formas de registro da fala; a capacidade de destacar a dimensão sonora a fim de que as unidades isoladas possam ser registradas na forma de símbolos gráficos; a compreensão das diferentes funções da linguagem; e o desenvolvimento de noções metalingüísticas.

Em síntese, a autora sustenta que a apreensão desses aspectos centrais à aprendizagem da leitura e escrita tem um trajeto progressivo, ressaltando que, provavelmente, a passagem da condição de não alfabetizado para a de alfabetizado ocorre de forma descontínua, com a constituição gradual de habilidades e avanços repentinos.

A leitura desses últimos trabalhos sugere que dois aspectos devem ser enfatizados. Primeiro, eles sinalizam uma nova tendência de investigação psicológica do processo de alfabetização, onde tanto o construtivismo como o sócio-interacionismo são privilegiados como marcos de referência. Segundo, não deixa de ser revelador o fato de que os estudos contemporâneos re-instalem, e mantenham vivo, o interesse pela identificação e compreensão das condições ou pré-requisitos que facilitam ou propiciam a alfabetização no ensino de 1º grau, preocupação sempre presente em torno de um aspecto ainda pouco conhecido.

Final dos anos 80: o enfoque plural

A edição do número 52 da revista certamente é o fator responsável pelo aumento do volume de artigos publicados nos CP, a partir de 1985, que tem como objeto a alfabetização. No entanto, a pluralidade de enfoques e abordagens que caracteriza os diferentes trabalhos indica que a iniciativa da equipe editorial apenas refletia o interesse que o tema despertava nos meios acadêmicos e entre os educadores, que atuavam em diferentes instâncias dos sistemas de ensino.

Esse interesse mais amplo, por sua vez, resultava da maior divulgação, a partir do final dos anos 70, de uma série de trabalhos de autores estrangeiros que, ao redefinirem as linhas de investigação tradicionalmente postas em marcha, estabeleciam, a partir de novos enfoques, outros patamares de compreensão sobre o processo de "apropriação da língua escrita" pelas crianças. Destacam-se, sem dúvida, entre outras, as investigações e reflexões reunidas na obra de Emilia Ferreiro.

Foi a partir dos textos escritos por Ferreiro que se estabeleceu, com muita ênfase, a necessidade de que os professores compreendam os problemas que

as crianças se colocam durante o processo de apropriação da língua escrita e aprofundem a discussão sobre a concepção que a escola tem da escrita, entendendo que "a instituição escolar, ao apropriar-se desse objeto social, transformou-o em um objeto de ensino, ocultando seus usos sociais".

Uma outra linha de investigações procura verificar o grau de adaptação existente entre as propostas de ensino e o nível de competência dos alunos. Ela está representada, nos CP, pelo trabalho de Elsie Rockwell (CP52, 1985). Apoiando-se em observações de sala de aula, a autora chama a atenção para a necessidade de que se analise não só o que o professor transmite explicitamente, mas também o conteúdo implícito das atividades de ensino. Sustenta que há uma enorme quantidade de "atividades extra-ensino que conduzem a uma gama de usos da língua escrita à qual os alunos estão expostos e da qual participam. É a partir dessa experiência conjunta que ocorre na escola, mas que nem sempre pertence à escola, que os alunos geram o processo de apropriação da leitura e da escrita". Destaca três processos de apropriação que estão em jogo simultaneamente: "o primeiro refere-se à estrutura da língua escrita em si, como 'objeto de conhecimento'. Em segundo lugar estão os usos especificamente escolares da língua escrita e a necessidade de encontrar o sentido 'desse sistema de regras'. Por último, os alunos se deparam com a possibilidade ou a exigência de se apropriar de outros conhecimentos (os conteúdos do currículo acadêmico) que são comunicados ou se expressam através da língua escrita" (Rockwell, CP52, 1985).

No movimento de expansão de enfoques e abordagens, lingüistas e sociolingüistas que, em meados dos anos 70, já contribuíam de maneira expressiva para a análise do desempenho lingüístico dos candidatos aos exames vestibulares¹, passam a marcar sua presença também na área do ensino de 1º grau.

Nas páginas dos CP, a necessária relação entre Lingüística e alfabetização é reafirmada nos ensaios e pesquisas desenvolvidos por: Ada Rodrigues (CP52, 1985); Regina Zilberman (CP52, 1985); Eglê Franchi (CP52, 1985); Luiz Carlos Cagliariari (CP55, 1985) e Mary Júlia Dietzsch (CP71, 1989; CP75, 1990). Em decorrência, aspectos nucleares à prática da alfabetização passam a ser analisados e, sobretudo, questionados. Entre eles: a fragilidade e a inconsistência teórica e metodológica dos materiais e propostas elaborados para subsidiar o trabalho dos professores alfabetizadores; as características dos livros de literatura infantil dirigidos à fase em que as crianças estão se alfabetizando; a imagem empobrecida que a escola tem dos usos e funções da escrita; o artificialismo dos "textos" das cartilhas, impondo aos alunos uma escrita falsa e descontextualizada.

A pesquisa sobre a alfabetização num enfoque psicolingüístico também se faz representar, ainda que em menor número de artigos, destacando-se entre eles as investigações de Silva (CP58, 1986) e, mais

1 Consulte-se, por exemplo, a série de artigos publicados nos CP 19 e 23.

recentemente, a de Martins (CP76, 1991). Assim, ao proceder a uma análise dos "erros" de leitura, Fátima Silva chama a atenção para o aspecto construtivo dos erros, salientando que, ao se defrontarem com um texto, as crianças esperam que as sentenças a serem lidas se enquadrem na estrutura da linguagem oral que já dominam e (...) essa expectativa é utilizada ativamente enquanto lêem. Frente a esta conclusão, é forçoso ressaltar que, infelizmente, essa característica tão central ao ato de leitura não tem sido levada em conta na elaboração e seleção dos textos que circulam pelas salas de aula.

O trabalho de Cláudia Martins, por sua vez, ao investigar a relação entre consciência fonológica e progresso inicial na aprendizagem da escrita, reafirma conclusões da literatura, indicando que: "a consciência dos sons que compõem a fala parece ser, em si mesma, um fator importante para a aprendizagem da ortografia do Português". Contudo, na interpretação dos resultados, ressalta dois aspectos que merecem ser destacados por suas implicações. Primeiro: "... as variações na consciência de fonemas, observadas no início da alfabetização, podem ser menos importantes para a aprendizagem da leitura e da escrita quando o método de alfabetização é o silábico. Segundo, os resultados sugerem que "o ensino da leitura deve partir das habilidades da criança que está apenas começando a ler, e não das habilidades que uma leitura fluente necessariamente supõe". Em decorrência, a autora ressalta a importância de se investigar não só como se dá o desenvolvimento dessas habilidades mas, igualmente, "a busca de métodos adequados às habilidades de que uma criança em idade de aprender a ler normalmente dispõe" (Martins, CP76, 1991 — grifos meus).

A questão dos métodos, sempre tão central à Pedagogia, é abordada nos anos 80, certamente não por acaso, em apenas um texto. Trata-se de um ensaio extremamente lúcido de Berta Braslavsky (CP66, 1988), que recebeu um título muito sugestivo, "O método: panacéia, negação ou pedagogia".

O aspecto central do texto está no alerta que a autora faz para os riscos e equívocos de uma postura crítica generalizadora, que nega espaço a qualquer proposta metodológica. Recolocando a questão, e enfatizando a necessária transformação de muitas das práticas observadas em sala de aula, sintetiza sua posição afirmando: "De nossa parte, não acreditamos que o método resolva, por si, o complexo problema da aprendizagem da leitura. Não é uma panacéia. Acreditamos que o método deve inserir-se em uma concepção pedagógica compreensiva, holística, com perspectivas sociais, culturais, políticas e filosóficas, pesquisando os fatos educacionais no seu próprio campo, com o apoio de outras ciências as quais respeita e interroga, sem por isso subordinar-se a elas" (Braslavsky, CP66, 1988, p.47).

Para completar o mosaico de enfoques pelos quais a alfabetização foi retratada nos textos publicados, cabe registrar ainda os artigos que: focalizam o espaço da alfabetização na pré-escola (Kramer et al., CP52, 1985); relatam propostas alternativas de trabalho com as crianças (Weisz, CP52, 1985; Grossi,

CP55, 1985); analisam a proposta do Ciclo Básico de Alfabetização a partir do ponto de vista das professoras (Ambrosetti, CP75, 1990); identificam os critérios de aprovação dos alunos da 1ª série, pesquisando-os junto aos supervisores de ensino (Ribeiro, CP53, 1985); e discutem as barreiras impostas pelo sistema educacional, congenitamente gerador de obstáculos, às iniciativas destinadas a melhorar o processo de ensino (Silva e Lomônaco, CP75, 1990; Freitag, CP72, 1990).

Por último, mas não menos importante, é preciso ressaltar a visão abrangente de alguns outros trabalhos que, ao se apoiarem nos grandes números, parecem ver problemas que não vêm sendo suficientemente enfrentados ou discutidos: os efeitos acumulados da discriminação racial no âmbito do sistema formal de ensino. Incluem-se nesta vertente os trabalhos de Hasenbalg e Silva (CP73, 1990); Rama (CP69, 1989) e Rosemberg (CP77, 1991). Ao analisar dados coletados pelas PNADs de 1982, 1985 e 1987, Fúlvia Rosemberg chama a atenção para a presença expressiva de crianças de 7 a 9 anos na pré-escola, particularmente as negras residindo no Nordeste, e alerta para o potencial de segregação racial em programas pré-escolares de baixo custo destinados a populações pobres.

O desafio dos anos 90

A análise do conjunto de textos publicados nos últimos 20 anos indica que as pesquisas desenvolvidas no período certamente contribuíram para que fosse construída uma compreensão mais ampla do fenômeno alfabetização. As investigações e ensaios publicados permitiram, igualmente, que aspectos nucleares do processo de aprendizagem da língua escrita fossem compreendidos de maneira mais aprofundada. A leitura das conclusões desse conjunto diversificado de artigos evidencia, também, que diferentes alternativas foram propostas para reverter nossa incapacidade histórica de assegurar condições de alfabetização a todas as crianças.

Do muito que foi dito fica clara, no entanto, a necessidade da construção de um quadro teórico abrangente, capaz de conciliar resultados e integrar estruturadamente estudos sobre os diferentes aspectos do processo da alfabetização.

A revisão de parte da literatura disponível mostra que a ausência desse quadro teórico tem condicionado, muitas vezes, a realização de estudos que reduzem a alfabetização apenas a algumas das dimensões que a constituem.

Assim, na área da alfabetização, o desafio básico parece ser o seguinte: será possível, na década de 90, chegar a uma teoria coerente que articule e integre as várias facetas desse processo, e que se construa de forma contextualizada social e culturalmente, tendo como norte uma postura política que resgate seu verdadeiro significado?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(Estão agrupadas em duas listas: a primeira, de artigos dos CP sobre alfabetização; a segunda, com as demais referências citadas.)

- AMBROSETTI, Neusa B. Ciclo básico: uma proposta vista pelas professoras. CP 75, p.57-69, nov.1990.
- AZANHA, José M.P. Situação atual do ensino de 1º grau: pequeno exemplário de desacetos. CP 52, p.109-11, fev.1985.
- BARRETO, Elba S.S. Novas políticas educacionais para velhas escolas rurais: um estudo de caso no sertão do Piauí. CP 46, p.23-49, ago.1983.
- BRASLAVSKY, Berta. O método: panacéia, negação ou pedagogia? CP 66, p.44-8, ago.1988.
- CAGLIARI, Luiz C. O príncipe que virou sapo: considerações a respeito das dificuldades das crianças na alfabetização (Piagetianos brasileiros — continuando um debate). CP 55, p.50-62, nov.1985.
- CARRAHER, Terezinha N., REGO, Lúcia L.B. O realismo nominal como obstáculo à aprendizagem da leitura. CP 39, p.3-10, nov.1981.
- DAVIS, Cláudia. Uma escolinha de saber miúdo. CP 75, p.45-56, nov.1990.
- DAVIS, Cláudia, DIETZSCH, Mary J.M. Avaliação da educação básica no Nordeste brasileiro: estudo do rendimento escolar na zona rural. CP 46, p.5-15, ago.1983.
- DEMARTINI, Zeila B. et al. Os alunos e o ensino na República Velha através das memórias de velhos professores. CP 52, p.61-71, fev.1985.
- DIETZSCH, Mary J.M. Cartilhas: um mundo de personagens sem texto e sem história. CP 75, p.7-14, nov.1990.
- . Escrita: na história, na vida, na escola. CP 71, p.62-71, nov.1989.
- FERRARI, Alceu R. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes; resultados preliminares. CP 52, p.35-49, fev.1985.
- FERREIRO, Emilia. A representação da linguagem e o processo de alfabetização. CP 52, p.7-17, fev.1985.
- FILP, Johanna et al. Efeito da educação pré-escolar formal sobre o rendimento escolar de crianças no final do primeiro ano básico: um estudo de acompanhamento no Chile. CP 49, p.15-25, maio 1984.
- FRANCHI, Eglé P. A pós-alfabetização e um pouco de compreensão dos erros das crianças. CP 52, p.121-4, fev.1985.
- FREITAG, Bárbara. Alfabetização e psicogênese: um estudo longitudinal. CP 72, p.29-38, fev.1990.
- GATTI, Bernardete et al. Alfabetização e educação básica no Brasil. CP 75, p.7-14, nov.1990.
- . A reprovação na 1ª série do 1º grau: um estudo de caso. CP 38, p.3-13, ago.1981.
- GATTI, Bernardete et al. Avaliação de programa de treinamento de professores de 1ª série — 1º grau. CP 13, p.15-40, jun.1975.
- GOES, Ma. Cecília R. Critérios para avaliação de noções sobre a linguagem escrita em crianças não-alfabetizadas. CP 49, p.3-14, maio 1984.
- GOUVEIA, Aparecida J. A escola, objeto de controvérsia. CP 16, p.15-9, mar.1976.
- GROSSI, Ester P. Alfabetização em classe popular. CP 55, p.85-97, nov.1985.
- HASENBALG, Carlos A., SILVA, Nelson V. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. CP 73, p.5-12, maio 1990.
- KRAMER, Sonia et al. Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade. CP 52, p.103-7, fev.1985.
- LEITE, Sérgio A. S. Alfabetização: uma proposta para a escola pública. CP 52, p.25-33, fev.1985.
- MARTINS, Cláudia C. Consciência fonológica e aprendizagem inicial da leitura e escrita. CP 76, p.41-9, fev.1991.
- MEDINA, Anamaria V. A. Organização pública e implementação de novas metodologias: O Projeto Alfa em Minas Gerais. CP 65, p.38-51, maio 1988.
- NAGUEL, José A. Alfabetização camponesa: problemas e sugestões. CP 52, p.51-60, fev.1985.
- OLIVEIRA, João B.A. Cartilhas de alfabetização e regionalização do livro didático. CP 44, p.95-8, fev.1983.
- POPPOVIC, Ana Maria. Alfabetização: um problema interdisciplinar. CP 2, nov.1971 (reimpresso no CP 36).
- . Bases teóricas do Programa Alfa. CP 43, p.31-6, nov.1982.
- . Programa Alfa: um currículo de orientação cognitiva para as primeiras séries do 1º grau, inclusive crianças culturalmente marginalizadas, visando ao processo ensino-aprendizagem. CP 21, p.41-6, jun.1977.
- RAMA, Germán W. Estrutura social e educação: presença de raças e grupos sociais na escola. CP 69, p.17-31, maio 1989.
- RIBEIRO, Eleonora E. T. et al. Critérios de aprovação de alunos da 1ª série do 1º grau, pesquisados junto a supervisores oficiais de Uberlândia — MG. CP 53, p.71-3, maio 1985.
- ROCCO, Ma. Thereza F. Acesso ao mundo da escrita: os caminhos paralelos de Lúria e Ferreiro. CP 75, p.25-33, nov.1990.
- ROCKWELL, Elsie. Os usos escolares da língua escrita. CP 52, p.85-95, fev.1985.
- RODRIGUES, Ada N. Lhão, lhão, lhão, quem não entra é um bobão: ou como se alfabetizam as crianças no Estado de São Paulo. CP 52, p.73-7, fev.1985.
- ROSEMBERG, Fúlvia. A escola e as diferenças sexuais. CP 15, p.78-85, dez.1975.
- . Raça e educação inicial. CP 77, p.25-34, maio 1991.
- . Relações raciais e rendimento escolar. CP 63, p.19-23, nov.1987.
- SANTOS, Ma. Madalena R. Relatório de experiência do Programa Alfa em Pernambuco. CP 39, p.11-25, nov.1981.
- SILVA, Fátima S. Análise psicolinguística da leitura de crianças nas séries iniciais do 1º grau. CP 58, p.58-68, ago.1986.
- . As muitas facetas da alfabetização. CP 52, p.19-24, fev.1985.
- SILVA, Ma. Alice S. S., LOMONACO, Beatriz P. A construção do papel do professor: uma experiência com alfabetizadoras. CP 75, p.71-8, nov.1990.
- VICTORA, César G., MARTINES, José C., COSTA, Juvenal D. Fatores sócio-econômicos, estado nutricional e rendimento escolar: um estudo com 500 crianças da 1ª série. CP 41, p.38-48, maio 1982.
- WEISZ, Telma. Repensando a prática de alfabetização: as idéias de Emilia Ferreiro na sala de aula. CP 52, p.115-9, fev.1985.
- ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil para crianças que aprendem a ler. CP 52, p.79-83, fev.1985.

Outras fontes:

- BRASLAVSKY, Berta P. *La lectura en la escuela de América Latina*. UNESCO, 1981.
- DUBOIS, Ma. Eugênia. Alguns interrogantes sobre comprensión de la lectura. *Lectura y vida*, v.5, n.4, dic.1984.
- LOURENÇO FILHO, Manuel B. *Testes ABC*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- SOARES, Magda B. *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília: REDUC; INEP, 1989.